

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DO SERTÃO
PERNAMBUCANO
CAMPUS PETROLINA ZONA RURAL
CURSO DE BACHARELADO EM AGRONOMIA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA VISÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS
DE JUAZEIRO E CASA NOVA NA REGIÃO NORTE DA BAHIA.**

WILLIAN DOS SANTOS

**Petrolina, PE
2017.**

WILLIAN DOS SANTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA VISÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS
DE JUAZEIRO E CASA NOVA NA REGIÃO NORTE DA BAHIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo, pelo Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural.

**Petrolina, PE
2017.**

WILLIAN DOS SANTOS

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA VISÃO DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS
DE JUAZEIRO E CASA NOVA NA REGIÃO NORTE DA BAHIA.**

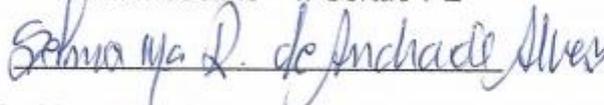
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Agronomia, pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural.

Aprovada em: 28 de Setembro de 2017.

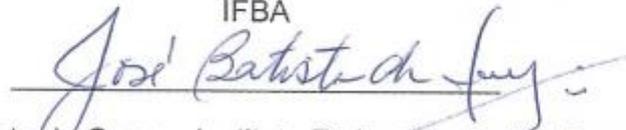
Banca Examinadora



Orientador: Profº. Mscº Adelmo Carvalho Santana – Instituto Federal do Sertão
Pernambucano – IFSertão-PE



Mscª Selma Maria Rodrigues de Andrade Alves – Instituto Federal da Bahia –
IFBA



Profº Mscº José Batista da Gama - Instituto Federal do Sertão Pernambucano –
IFSertão-PE

**Petrolina, PE
2017.**

S237e

Santos, Willian dos

Economia solidária: uma visão dos empreendimentos solidários de Juazeiro e Casa Nova na Região Norte da Bahia/ Willian dos Santos - Petrolina, 2017.

43f. il: 30 cm.

Orientador: Prof. Msc. Adelmo Carvalho Santana
Monografia (Curso de graduação em Engenharia Agrônômica)
– Instituto Federal do Sertão Pernambuco,- Campus Petrolina Zona Rural, 2017

1. Economia Solidária 2. Empreendimentos solidários
3. Extensão Rural I. Santana, Adelmo Carvalho II.
Instituto Federal do Sertão Pernambucano. Campus
Petrolina Zona Rural. III. Título.

CDD 334

AGRADECIMENTOS

Ao único que é digno de toda Honra, Glória, Louvor e Majestade para os séculos dos séculos, sim ao Criador de todo universo que nos dá oportunidade pra vencer em meio as adversidades, que nos chama pelo nome e nos faz nova criatura ao Senhor Deus, meu Forte meu Tudo.

A minha família amada que tem me dado força pra vencer em especial a minha amada mãe dona Perpetua e meu querido pai seu Raimundo soldado “in memoria” que deram seus legados de honestidade caráter e disciplina, que por diversas vezes fizeram mais que o necessário pra que eu pudesse estar escrevendo essas linhas em agradecimento por esse maravilhoso dia. “DEUS SEJA LOUVADO POR VOSSAS VIDAS”.

A minha digníssima esposa amada e xaropinha Rosineide “Rosy Santos” que parou pra ouvir minhas histórias e chorou comigo quando a vida me tirou parte de mim, que esteve sempre de mãos dadas sorrindo ao meu lado para que eu não viesse a desistir. Que me deu motivos pra sorrir em meio às tempestades, “TE AMAR ME FAZ BENÇÃO”.

Aos amigos, colegas e conhecidos que fizeram parte da minha caminhada estudantil, as famílias de Almiro Lopes e mirinho no Projeto N-4, que me receberam de braços abertos em sua casa, a Ricardo Reis e sua esposa Naiara Rannyely que me deram uma força sem igual, pois, receberam de minha parte o título de mais que amigos meus irmãos, minha nova família. “QUE AS MAIS SUBLIMES BENÇÕES DO SENHOR SEJA SOBRE VOSSAS VIDAS”.

Ao Centro Público de Economia Solidária, as pessoas de Romário Meira coordenador do CESOL-SSF, Jailton Pereira e aos amigos Linderson, Guilherme e Paulo Henrique os quais me ajudaram nessa jornada de estudos de casos nas cidades de Juazeiro e Casa Nova Bahia. “QUE DEUS FAÇA PROSPERAR GRANDEMENTE VOSSAS VIDAS”.

Por fim, aos queridos professores e colaboradores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Petrolina Zona Rural, que deram seu melhor dentro e fora da sala de aula para atender as necessidades dos alunos. Ao professor Adelmo Santana que me ajudou no desenvolvimento desse trabalho para que juntos possamos desfrutar da beleza dos conhecimentos. “GRAÇA E PAZ DA PARTE DO SENHOR DEUS”.

“Gratidão é o resumo de que todas as coisas cooperam juntamente para o bem daqueles que amam a Deus”

Santos, W.

Resumo

As pequenas comunidades rurais do Norte da Bahia nas cidades de Juazeiro e Casa Nova passam por diversos problemas que vão desde a falta de assistência técnica e extensão rural visando a melhoria das condições de manejo animal e vegetal até dificuldades de obtenção de recursos para a manutenção dos Empreendimentos Solidários. A Economia Solidária é uma maneira inovadora de produzir, vender, comprar e trocar os alimentos e produtos essenciais a sobrevivência do homem do campo de forma a estabelecê-lo no meio rural. O presente trabalho teve como objetivo avaliar as condições que os empreendimentos solidários das pequenas comunidades viviam antes e após o acompanhamento do CESOL- Centro Público de Economia Solidária nas comunidades rurais e da sede da área delimitada. Para análise da situação foram sorteadas dez comunidades, sendo cinco em Juazeiro e cinco em Casa Nova, e as informações foram coletadas na pasta de cadastro do CESOL com a finalidade de conhecer as situações em que as mesmas se encontravam antes de seu acompanhamento e logo em seguida foram entrevistados de forma coletiva os membros ativos de cada empreendimento para posterior análise e comparação dos resultados.

Palavras- Chave: Economia Solidária. Empreendimentos Solidários. Extensão Rural.

LISTA DE SIGLAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAR- Cadastro Ambiental Rural.

CESOL-Centro Público de Economia Solidária.

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento.

DAP- Declaração de Aptidão ao Pronaf.

EES- Empreendimentos Econômicos Solidários.

ES- Economia Solidária.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

IRPAA- Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE- Programa de Alimentação Escolar.

PRONAF- Programa Nacional de Agricultura Familiar.

SESOL- Superintendência de Economia Solidária.

SETRE- Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esportes.

SIES- Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária

SIM- Selo de Inspeção Municipal.

STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

1. Introdução	09
2. Revisão de Literatura	11
2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
2.2 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	14
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR	15
3. Metodologia	17
3.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	18
3.1.1 Centro Público de Economia Solidária- CESOL	18
3.1.2 Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte- SETRE	19
3.1.3 Bahia Solidária	19
3.1.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE	20
3.1.5 Programa de Aquisição de Alimentos- PAA	20
3.2 DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA PESQUISA E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	21
4. Resultados e Análises	23
4.1 ANÁLISE DE DADOS DO CESOL	23
4.2 ANÁLISE DE DADOS DA ENTREVISTA	30
4.2.1 Entrevista nos Empreendimentos Solidários de Casa Nova	30
4.2.2 Entrevista nos Empreendimentos Solidários de Juazeiro	35
5. Conclusão	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

A construção de uma política pública é um processo sistemático de reconhecimento do direito de cidadania, entendido como direito dos trabalhadores às condições socialmente necessárias de produção, conforto e bem-estar, com o objetivo de melhoria de vida para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental visando o máximo de conforto e assistência técnica para que todos possam desenvolver atividades voltadas ao crescimento local, seja nas pequenas comunidades ou até mesmo nas grandes cidades.

Entre os fatores de crescimento econômico das pequenas comunidades rurais tem-se observado que a forma coletiva em que as pessoas têm de buscar sustentabilidade através do extrativismo das diversidades encontradas na vegetação seja ela qualquer, desde a criação de pequenos animais, a exemplo da galinha caipira, caprinos e ovinos, além da extração de mel e lenhas em espaços coletivos denominados fundos de pastos.

Essa ligação do homem sertanejo é estabelecida de forma coletiva e seu relacionamento é influenciado pela necessidade de sobrevivência e busca por uma vida de melhor conforto, a qual força o homem do campo a se ajustar às adversidades diárias, faça sol ou faça chuva, na abundância das colheitas ou na sua escassez.

As diversas formas de convivência do sertanejo no campo são adquiridas com a labuta do dia-a-dia, uma vez que o Governo Federal tem proporcionado diversas fontes de tecnologia com a finalidade de amenizar a situação de pobreza e de precariedade da situação de cada indivíduo ou comunidade rural. Alguns dos programas do Governo Federal que têm chegado às comunidades rurais, a exemplo Luz Para Todos, Bolsa Família e, às vezes o Garantia Safra têm beneficiando muitos produtores.

Esses programas têm dado um pouco mais de conforto, embora haja muito que melhorar, leva-se ainda em consideração os projetos dos governos estaduais, que chegam a contratar instituições com a finalidade de levar tecnologias de custo acessível às famílias carentes, além de projetos que facilitam aumentar a renda familiar. As limitações do homem do campo iniciam quando as diversas

entidades propõem projetos sem a disponibilização de assistência técnica rotineira, deixando as comunidades a mercê de um acompanhamento que possa elucidar suas dúvidas e acompanhadas na avaliação de sua eficiência e atendimento de novas demandas originadas da utilização destas novas tecnologias.

Algumas comunidades têm sido beneficiadas com aviários, para a criação de galinha de postura, caixa de abelhas, matrizes e reprodutores de caprinos e ovinos. São esses projetos, que facilitariam a vida diária do homem do campo, por sua vez são deixados sem as devidas informações sobre a sua utilização às quais seriam essenciais para que ocorra o perfeito andamento das atividades.

Observa-se, em muitas das vezes, que ocorre a dificuldade de distribuição de verbas pelo governo, de forma que, em muitos casos, não chegam a acontecer e, em outros, quando ocorrem estes repasses, não chegam no momento certo, fazendo com que as entidades reduzam ou parem as atividades de visitas de rotina, além da realização de dias de campo ou intercâmbio com outras comunidades que têm a finalidade de incentivar a troca de experiências.

Outro fator observado está relacionado às negligências de técnicos contratados por tais órgãos que, talvez por desinformação ou por falta de aptidão para desenvolver atividades de extensão, não levam a informação de forma correta pois quando chegam nas pequenas comunidades não visitam as instalações para melhor conhecer e detalhar os problemas com a finalidade de saná-los. Observa-se em algumas das vezes que, quando chegam nas instalações dão um parecer geral para todos, sem observar às realidades diferentes numa mesma comunidade, descartando suas particularidades com problemas diferentes que necessitam de soluções diferentes, com isto, o que seria benefício passa a ser mais uma “pedra” no caminho da vida corrida do homem do campo.

O presente trabalho teve como objetivo avaliar as condições que os empreendimentos solidários das pequenas comunidades viviam antes e após do acompanhamento do Centro Público de Economia Solidária- CESOL, para identificar principais entraves que dificultam o fortalecimento da economia solidária junto as famílias envolvidas nos programas nas comunidades rurais e sede dos municípios de Juazeiro e Casa Nova, visando a apresentação de sugestão voltadas para o desenvolvimento dessas comunidades. Com esse estudo poder ter maior ênfase

com base na economia solidária tanto nas pequenas comunidades quanto nas grandes cidades.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Economia Solidária- ES

Economia solidária compreende uma forma diferente de fazer com que haja atividade econômica em um determinado local, através utilização das diversas estruturas e atividades que englobam a cadeia social, econômica, política e ambiental de uma comunidade. Diante dessa cadeia podemos dizer que essa economia se mantém através da sua capacidade de ofertar, produzir, comercializar e investir para melhoria da qualidade de vida (FBES, 2011).

Segundo o Fórum Brasileiro Economia solidária (FBES, 2011), são iniciativas que caracterizam essa economia; projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que têm a finalidade de dinamizar as economias locais, garante trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental. A economia solidária originou-se durante a Revolução Industrial na Europa Ocidental nos séculos XVII e XIX, período o qual ocorreu a substituição do trabalho de força humana pelas máquinas a vapor (RANGEL, 2012).

As experiências com a visão solidária através do cooperativismo iniciaram em meados do século XVII, na cidade de Rochdale, Inglaterra, por Robert Owen, teve início quando uma grande empresa têxtil passou a valorizar o trabalho de cada colaborador ao invés de tratá-los como apenas um fator de produção. Com o intuito de reduzir as situações de desemprego e pobreza Robert Owen em 1817, apresentou um plano para minimizar as dificuldades encontradas pela falta de emprego para pessoas que não tinham trabalho e viviam sustentados pela igreja. Esse projeto de Owen visou a criação de aldeias cooperativas, onde todos podiam viver de forma coletiva e produzir de forma comum, consumindo seus próprios

produtos e trocando os excedentes. Esse projeto fez com que o Estado e a igreja, em vez de desperdiçarem recursos com a manutenção de pessoas ociosas, deveriam fornecer capital para que se estabelecessem em aldeias e pudessem prover o seu próprio sustento (MEC, 2010).

Para LECHAT (2002), a este novo modelo adotado no Brasil torna-se uma solução, surgindo como um setor próprio e digno de interesse específico, devido aos atributos acrescidos à Economia Solidária ou cooperativismo popular. Hoje denominada Economia Solidária, antes conhecida pela literatura científica de auto gestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular, motivo pelo qual ficou sem muita atenção por décadas. Nos anos 90, surge no Brasil a ideologia de reproduzir esta nova forma de economia que ganha força devido ao fato dos trabalhadores terem suas experiências associativas organizadas pelas mesmas necessidades e com diferentes segmentações no meio rural e urbano com distintos contextos econômicos e sociais, acrescidas em crises que contribuíram para a falência de diversos setores, embora recuperados pelos trabalhadores (CONCEIÇÃO et al.; 2010).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2015), a economia Solidária foi uma das formas que as pessoas encontraram para sobreviver, trocando, vendendo e produzindo, onde todos são donos e tomam as decisões em conjunto de como tocar o negócio, dividir os lucros diferenciando-se da economia tradicional onde existe a separação entre donos e empregados, ou seja, na economia solidária não existe relação de patrão e empregado pois, todos são iguais. É um processo que pode ser vivenciado por todas as classes trabalhadoras, incluindo a população mais vulnerável, desde que sejam organizados coletivamente para gerir seu negócio, lutando pelo desenvolvimento de milhares de empreendimentos econômicos solidários.

Para MARTINS et al (2015), a economia solidária de uma forma direta atua no fortalecimento da agricultura familiar, com isso gera um desenvolvimento local, pois, essa forma de economia propõe alternativas que valorizam o ambiente de produção tornando-o mais humano e sustentável.

O sistema de economia solidária pode ser definido por duas vertentes às quais caracterizam a sistemática de produção. Essa definição se dá através da autogestão onde os empreendimentos são gerados pelos próprios trabalhadores, de

forma coletiva e democrática, e pela igualdade de direitos com todos os trabalhadores participando de forma igualitária. Durante as votações cada membro tem direito a um voto. Se tratando de pequenas cooperativas, não existe definição de funções, embora que, grandes grupos como cooperativas e associações desenvolvem funções como tesoureiro, secretário, presidente e outros mais que exigem distribuição mais ampla de suas funções (SINGER, 2008).

Para TEIXERA (2007), a temática economia solidária gerou, ao longo dos tempos, diversas controvérsias e indagação devido aos sinônimos encontrados em sua forma de vivenciar os casos. Todas estas são definidas de acordo com as realidades encontradas conforme sua evolução econômica, onde são retratadas experiências baseadas em organizações cooperativistas ou associativistas e com um caráter democrático baseado nos princípios solidários.

Na III Plenária Nacional da Economia Solidária (2003), a temática reaparece como uma forma de resgatar a luta histórica dos trabalhadores e trabalhadoras, como forma de defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar socialmente as relações dos seres humanos. Nesse contexto, a economia solidária, sob seus adjetivos, tem emergido práticas, tanto econômicas quanto sociais, às quais favorecem a sobrevivência humana e melhoria na qualidade de vida, por isso classificamos essa economia como, humano-economia, economia popular e solidária, economia de proximidade, etc. Fatores relacionados a resistência dos trabalhadores, crescente exclusão, desemprego urbano e desocupação rural resultantes da expansão dos efeitos negativos da globalização da população capitalista, favoreceram o crescimento de ações com a estrutura da Economia Solidária no Brasil (ECOSOL-DF, 2012).

Segundo Bertucci et al (2010), iniciativas do tipo: projetos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta seletiva e reciclagem, são instituições financeiras voltadas ao empreendedorismo solidário e outros mais que venham garantir trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Com uma visão focada no desenvolvimento sustentável, a economia solidária tem seus princípios, que compreende: a COOPERAÇÃO, onde não há competição e sim colaboração entre todos com visão nos mesmos objetivos em comuns; AUTOGESTÃO, com as decisões sendo tomadas de forma coletiva para

que haja beneficiamento para todo o grupo; AÇÃO ECONÔMICA, não abrindo mão dos outros princípios, a economia solidária se dá através da produção, comercialização, troca, prestação de serviços, crédito e consumo; SOLIDARIEDADE, que visa a distribuição justa dos resultados alcançados, o bem-estar do grupo e o envolvimento nos momentos sociais e populares.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2016), ao todo, o mapeamento do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária-SIES, identificou 19.708 empreendimentos, organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros em todos os estados da federação. Desse total, 11.869 (60,2%) são novos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), ou seja, não haviam sido registrados no mapeamento anterior, e 7.839 (39,8%) são de EES revisitados.

2.2 Empreendimentos Solidários

Os empreendimentos solidários compreendem umas das formas mais visíveis de que a economia solidária está firme e direcionada às diversas ações que os grupos trabalham, em sua produção e comercialização sem fugir dos princípios da solidariedade. A administração de um empreendimento solidário é coletiva e democrática onde todas as decisões mais importantes são tomadas em conjunto. Caso haja necessidade de dirigentes estes são eleitos pelos sócios e podem ter seu mandato revogado por eles quando seu desempenho ou interesse não atendem às demandas do grupo (ITECSOL, 2015).

Para TEIXERA (2007), Os empreendimentos econômicos solidários representam o nível da economia solidária em que as relações econômicas ocorrem, levando em consideração as características básicas dos empreendimentos às quais são: pluralidade de princípios econômicos, autonomia institucional, democratização dos processos decisórios, sociabilidade comunitário-pública e finalidade multidimensional, essas relações podem representar uma forma de expressão da economia solidária, podendo assumir formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços.

2.3 Agricultura Familiar

Na prática, a agricultura familiar tem ação e características diferenciadas comparando-se com agricultura tradicional. Neste modelo de produção a gestão da propriedade se dá de forma compartilhada com a família e a atividade produtiva agropecuária torna-se a fonte principal de geração de renda da família.

Para FONTES et al (2014), em um passado recente, devido a necessidade de um olhar mais amplo voltado para a agricultura familiar, foi possível pautar, junto ao Estado, reivindicações às quais pudessem oferecer a essa cadeia agrícola mais acesso a assistência tanto técnica especializada bem como aos créditos rurais e a presença mais próxima de políticas públicas.

Para AZEVEDO et al, (2016), a organização sociopolítica dos agricultores familiares, tem-se intensificado devido a sua constante rotação em suas diversas formas de produzir, comercializar ou até mesmo trocar seus produtos entre si, adotando como princípios a cooperação, a solidariedade, a participação igualitária e a autogestão.

Assembléia Geral da ONU declarou 2014, como Ano Internacional da Agricultura Familiar. A homenagem inédita para o setor é resultado do reconhecimento do papel fundamental que esse sistema agropecuário sustentável, desempenha para o alcance de segurança alimentar do planeta. A agricultura familiar foi eleita tema do ano pelos 193 países membros da Organização das Nações Unidas, durante a reunião realizada em dezembro de 2013 (FONTES et al, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar contribui com uma grande fatia dos empregos e alimentos. Devido a sua representação a massa de pequenos e médios produtores que a compõe, cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, desses, 50% encontram-se na região Nordeste do país. Essa cadeia detém 20% das terras produtivas e responde por 30% da produção nacional onde essa produtividade corresponde nos cultivos de feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais e chegam a ser responsáveis por 60% da produção (ARRUDA et al, 2015).

Segundo PORTAL BRASIL (2015), o pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva abastecendo o mercado brasileiro com seus produtos os quais se destacam: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) que são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção. Na safra 2015/2016, o governo manteve baixas as taxas de juros, que variam entre 2% e 5,5%. Para a região do Semi-árido, os juros ficaram ainda menores, entre 2 e 4,5%, que são abaixo das taxas praticadas no mercado comercial.

3. METODOLOGIA

Levando-se em consideração que a metodologia estrutura as ações desenvolvidas na execução da pesquisa e estas devem estar em consonância com as observações dos aspectos teóricos bem como, com o reconhecimento da área a ser estudada, para o desenvolvimento do presente trabalho, optou-se por um levantamento qualitativo dos resultados do trabalho executado pelo Centro Público de Economia Solidária- CESOL, nos ambientes pesquisados. Para isto, por meio da realização de uma investigação bibliográfica seguida de coleta de dados junto às empresas e comunidades envolvidas no limite geográfico delineado nas cidades de Juazeiro e Casa Nova no Norte baiano, foi permitido levar ao conhecimento e compreensão das ações desenvolvidas na região.

Desta forma, foram realizados levantamentos bibliográficos que serviram para melhor elucidação sobre as diversas formas de relação social e de produção que visam direcionar ao sistema solidário de economia. Posteriormente foram realizadas visitas para reconhecimento do campo de pesquisa seguida de treinamentos e oficinas relacionadas às demandas dos pequenos empreendimentos como: Estudo de Viabilidade Econômica- EVE, Gestão Empresarial e Manejo de Hortaliças Orgânicas as quais serviram para uma melhor familiarização com as comunidades além da observação prática das atividades executadas pelas comunidades e empresas executoras do projeto. Por fim foram analisadas as dificuldades que as comunidades estavam sentindo para execução das atividades propostas.

Assim, através do uso de metodologias e pesquisa de campo com o uso de entrevistas coletivas em cada empreendimento nas suas respectivas comunidades por intermédio do Cesol, este trabalho desenvolveu atividades junto a pequenos empreendimentos solidários tais como associações, cooperativas e pequenos grupos informais em comunidades rurais e sede das cidades de Juazeiro e Casa Nova na região Norte da Bahia entre as quais o Cesol assiste levando informações e intercedendo entre outros órgãos para a melhoria da estabilidade na

produção, comercialização e divulgação dos produtos. Foram levantadas algumas informações junto ao Cesol com relação à participação em programas de políticas públicas, origem de capital inicial, origem de matéria-prima, principais clientes, dificuldades de comercialização e assessoria, motivos de criação do empreendimento, necessidade de formação, participação de movimentos sociais, desenvolvimento de projetos sociais, participação de benefícios, seja ele público ou privado e número de associados antes e depois do acompanhamento do Cesol.

3.1 Instrumentos de Pesquisa

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas diversas fontes bibliográficas para maior entendimento do tema proposto. Através de revisões bibliográficas buscaram-se entender os aspectos sociais e políticos através de programas, órgãos governamentais e secretarias que envolvem a economia solidária. Para a realização da pesquisa de campo aplicou-se uma entrevista coletiva com os membros colaboradores dos empreendimentos solidários sorteados dos municípios de Juazeiro e Casa Nova no Norte baiano a qual ofertaram dados a serem analisados e comparados com os dados encontrados na pasta de cadastro do Centro Público de Economia Solidária- CESOL.

3.1.1 Centro Público de Economia Solidária- CESOL

Os **Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL's)** são espaços multifuncionais públicos, de caráter comunitário, que se destinam a articular oportunidades de geração, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo baseado na economia solidária, levando informações e prestando serviços de acordo com a demanda dos empreendimentos, buscando a difusão da economia solidária como um todo. Esses centros estão ligados a SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária e a Rede Brasileira de Gestores Públicos da Economia Solidária seus principais difusores (SETRE, 2010).

As questões orçamentárias impactam diretamente no cumprimento das metas, haja vista que a manutenção da assistência técnica continuada requer a

manutenção dos salários dos contratados, deslocamento da equipe técnica dentro do território, contratação dos consultores para as formações específicas, manutenção das despesas gerais do CESOL, diárias dos técnicos quando fora do município sede, dentre outras necessidades, exigindo, por tanto, regularidade do repasse financeiro (VASCONCELOS., et al, 2015).

3.1.2 Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esportes- SETRE.

Criada pela lei estadual, Lei nº 2.321, de abril de 1966, que dispõe da organização estadual e suas normas administrativas. Logo mais foi alterada a sua denominação e estrutura organizacional pela lei estadual, Lei nº 10.549, de dezembro de 2006, a qual modificou a estrutura organizacional e estrutura da administração e do poder executivo estadual, com isso deixando de ser Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte - SETRAS, para Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE; com essas alterações a SETRE passa a ter finalidade de planejar e executar atividades relacionadas ao desenvolvimento da economia solidária, apoio aos trabalhadores e fomento ao esporte, assim gerando mais conforto e bem-estar oferecendo como missão promover o trabalho decente, o emprego, a renda, o artesanato e o esporte, por meio de políticas públicas (SETRE, 2014).

Segundo VASCONCELOS, et al (2015), o compromisso da SETRE constante do documento citado é de implantar, através da Superintendência de Economia Solidária (SESOL), o total de 30 (trinta) CESOL. Sendo 4 (quatro) no território Metropolitana de Salvador e 26 (vinte e seis) nos demais territórios.

3.1.3 Bahia Solidária

Com o objetivo de potencializar a geração de trabalho e aumentar a renda no Estado, o governo cria esse programa para ser implementado ao SESOL com isso gerando ainda mais força para que a economia solidária possa se desenvolver cada vez mais, com o mapeamento no Estado foram constatado cerca de 1610

empreendimentos solidários desde a capital até o interior, com essas informações há o estímulo de ampliação na criação de mais empreendimentos levando a introdução de apoio à geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária; promoção de ações de geração de trabalho e renda para a população carente; apoio a cooperativas e associações atuantes com resíduos sólidos; implantação e manutenção de Centros Públicos de Economia Solidária, esta ação objetiva a criação de um espaço institucional que agregue as contribuições de entes públicos e da sociedade civil organizada para a construção democrática da Política Pública de Economia Solidária (SETRE, 2010).

3.1.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, às necessidades nutricionais dos alunos. O PNAE tem caráter suplementar, e é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público, onde 30% da verba repassada pelo governo deve ser para aquisição dos produtos de origem direto da agricultura familiar visando o favorecimento do desenvolvimento da cadeia produtiva local (FNDE, 2015).

3.1.5 Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é operacionalizado por estados, Distrito Federal e municípios e, ainda, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), O

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Esse programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, sem usar licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e para aquelas que são atendidas pela rede sócio assistencial (CONAB, 2012). Para PAA-SAEF (2014), os alimentos adquiridos pelo PAA também podem compor estoques públicos estratégicos de alimentos.

3.2 Delimitação Geográfica da Pesquisa e Aspectos Socioeconômicos

Comunidades das áreas rurais e da sede Casa Nova e Juazeiro – BA visitadas para estudo e que desenvolvem a Economia Solidária tem suas particularidades de forma que parte das mesmas compõe as associações e cooperativas as quais levam as pequenas comunidades rurais e sede dos municípios fontes indiretas de renda. Esses pequenos empreendimentos populares solidários tornam-se importantes para realização da pesquisa, pois, os mesmos favorecem o trabalho ético e coletivo do pequeno agricultor familiar agregando valor ao seu trabalho e aproveitando sua produção através da prática da economia solidária.

Segue nome dos empreendimentos visitados para a realização da pesquisa de campo e números de colaboradores ativos e passivos.

- 3.2.1 Associação Comunitária e de Produtores Rurais Agropecuários de Lagoinha e Arredores – ASCOPRAL- Casa Nova- BA. Produção de ovos de galinha caipira. Corresponde com 15 membros.
- 3.2.2 Associação de Pescadores de Casa Nova. Produção e beneficiamento de peixes. Corresponde com 09 membros.
- 3.2.3 Associação de Mulheres e Homens do Sítio Nossa Senhora das Graças - Casa Nova – BA. Produção agrícola de sequeiro, doces e compotas de umbú. Corresponde com 16 membros.

- 3.2.4 Associação de Fundo de Pasto de Pequenos Apicultores de Ladeira Grande - Casa Nova-BA. Produção e beneficiamento de mel. Corresponde com 25 membros
- 3.2.5 Associação de Moradores e Produtores de Baixa Grande - Casa Nova -BA. Produção e beneficiamento de mel. Corresponde com 10 membros.
- 3.2.6 Masseiras do Sertão- Comunidade Laginha, Carnaíba do Sertão Distrito de Juazeiro- BA. Produção de petas e sequilhos. Corresponde com 10 membros.
- 3.2.7 Associação de Moradores, Criadores e Produtores Rurais de Guanhões e Vizinhança. Produção de farinha de mandioca. Corresponde de 25 membros.
- 3.2.8 Associação Rural Horta Comunitária João Paulo II, Juazeiro-BA, sede. Produção de hortaliças orgânicas. Corresponde com 42 membros.
- 3.2.9 Associação Agropastoril de Curral Novo e Jacaré, Zona Rural de Massaroca, Distrito de Juazeiro-BA. Produção de doces e compotas de umbú e maracujá do mato. Corresponde com 44 membros.
- 3.2.10 Associação Casa do Artesão De Juazeiro - BA – ACAJ, Juazeiro- BA, Sede. Produção de Artesanatos. Corresponde com 32 membros.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Análise de dados do CESOL

Foram realizadas coletas de dados junto ao Centro Público de Economia Solidária do Sertão do São Francisco, localizado na Rua Argentina, 174, bairro Maria Gorete, na cidade de Juazeiro Bahia,

O CESOL-SSF atende mais de 70 empreendimentos nos municípios de Juazeiro, Curaçá, Casa Nova, Sobradinho, Pilão Arcado, Uauá, Canudos, Campo Alegre de Lourdes, Remanso e Sento Sé.

Foram analisados dados referentes a participação em programas de políticas públicas, origem de capital inicial, origem de matéria-prima, principais clientes, dificuldades de comercialização, assessoria, motivos de criação do empreendimento, necessidade de formação, participação de movimentos sociais, desenvolvimento de projetos sociais, participação de benefícios seja ele público ou privado e número de associados antes do acompanhamento do CESOL. Os dados foram coletados na pasta de cadastro de cada empreendimento sorteado para o estudo, sendo que foram cinco empreendimentos no município de Juazeiro e cinco empreendimentos no município de Casa Nova. Como veremos nas figuras abaixo.

4.1.1 Participação em Políticas Públicas

Das dez pequenas comunidades rurais sorteadas para estudo nas cidades de Juazeiro e Casa Nova 30,77% dos associados não participavam do Programa Bolsa Família, 15,38% não participavam dos programas Luz Para Todos e Pronaf, os quais deveriam assistir mais essas pequenas comunidades, já que ambos funcionam com base na Agricultura Familiar e 38,46% não possuía ligação com o Programa Garantia Safra, o qual daria uma ajuda a fim de garantir os direitos dos pequenos agricultores devido as estiagens prolongadas.

TABELA 01- Relação das pequenas comunidades em políticas públicas do Governo Federal antes do acompanhamento do Cesol.

Programas de Política Pública	Número de Participantes	Empreendimentos Solidários (%)
Bolsa Família	70,12	30,78
Luz para Todos	35,1	15,38
Pronaf	35,1	15,38
Garantia Safra	87,68	38,46
TOTAL	228	100

4.1.2 Origem do Capital

Das pequenas comunidades rurais selecionadas para estudo nos municípios de Juazeiro e Casa Nova, 90% dos empreendimentos tiveram investimento inicial oriundo entre os sócios com pagamentos de mensalidades e as doações entre si representaram 10% dos empreendimentos foram iniciadas através de fundo perdido, ou seja, com verbas que não foram aplicadas por intermédio do governo.

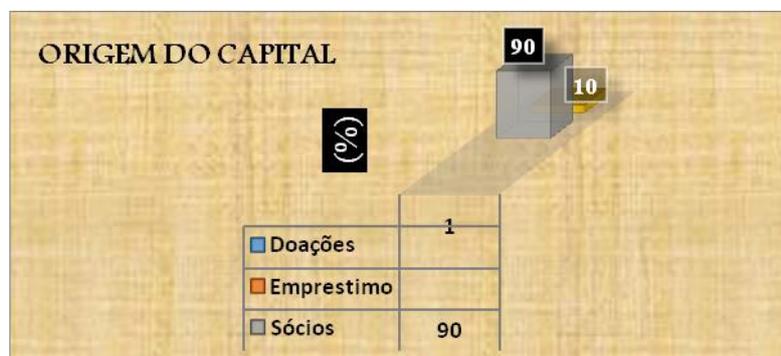


FIGURA 01- Origem do capital para iniciar as atividades dos Empreendimentos Solidários.

4.1.3 Origem da Matéria-Prima

Para a realização das atividades nas comunidades, observou-se que 37,5% da matéria-prima tem origem do extrativismo, isto é, sua obtenção se dá através de coletas as quais se destacam a colheita do Umbú e coleta do Mel cultivada através de colméia ou em caixas de madeira em sistema de apicultura, 31,25% da matéria prima adquirida é através dos próprios associados que plantam

de forma conjunta ou não, embora parte de sua produção é destinada aos pequenos empreendimentos solidários, 18,75% desses materiais são obtidos através de compra em outras empresas. Essas compras só ocorrem quando a demanda é alta e não há material disponível suficiente para atender a mesma e 6,25% das matérias prima encontradas, são originadas de doações e compra ou troca através de outras associações para poder iniciar as atividades ou suprir a demanda pelo produto a ser fornecido.

TABELA 02- Observa-se a origem da matéria prima.

Discriminação	Quantidade de pessoas	Empreendimentos Solidários (%)
Doações	14,25	6,25
Coleta	85,5	37,5
Associados	71,25	31,25
Ass. de outras Regiões	14,25	6,25
Empresas	42,75	18,75
TOTAL	228	100

4.1.4 Principais Clientes

Com relação às vendas, desses pequenos empreendimentos 46,67% dos produtos são fornecidos no comercio local dos próprios Municípios sendo suas vendas realizadas em feiras livres; 26,67% dos produtos são comercializados entre os moradores das próprias comunidades; 20% dos produtos são comercializados em outros estados por intermédio da CONAB e 6,67% dos clientes são do mercado externo os quais não foram descritos pelos empreendimentos.



FIGURA 02- Principais clientes.

4.1.5 Dificuldades na Comercialização

Os pequenos empreendimentos encontram dificuldades para comercializar seus produtos. Isto se comprova ao observar que, do total de sua produção, 38,46% está concentrada nas mãos dos atravessadores, 23,08% não conta com o Selo de Inspeção Municipal (SIM) o qual dificulta a oferta dos produtos nas redes de super mercados e 38,46% encontram dificuldades na comercialização relacionada ao prazo de pagamento da mercadoria, de acordo com o contrato formalizado por ocasião da venda do produto.



FIGURA 03- Principais dificuldades na comercialização.

4.1.6 Necessidade de Assessoria

Dentre as principais necessidades encontradas entre os empreendedores relaciona-se a ausência de diversos tipos de assessorias, como exemplo de 36,36% de assessorias para empreendimentos relacionados a Marketing e Técnica especializada na área de produção, 18,18% da demanda pela assessoria relacionava-se a elaboração de projetos para utilização de linhas de créditos e 9,09% relacionava-se a necessidade de assessoria voltadas a educação de cooperativista e associativista.



FIGURA 04 – Necessidades de assessorias.

4.1.7 Motivos da Criação do empreendimento

Dos Empreendimentos Solidários estudados, 45,45% foram criados como fonte alternativa ao desemprego nas pequenas comunidades rurais da área pesquisada; 27,27% foram criados com o objetivo de organizar as comunidades e qualificar as pessoas envolvidas nas atividades, além de manter os jovens no local de origem; 18,18% teve início pela vontade de se tornarem donos de seu próprio negócio, ou seja, serem iguais perante todos os membros e 9,09% dos Empreendimentos Solidários foram criados para produzir algum tipo de produto de origem orgânica, a exemplo de fabricação de doces, compotas, geléias de umbú e maracujá da caatinga, assim como a produção orgânica de hortaliças em hortas comunitárias, e a produção de mel em sistema de criação de abelhas em colméias de caixas de madeira.



FIGURA 05- Motivo da criação dos Empreendimentos Solidários

4.1.8 Desafios Encontrados

Ao analisar os desafios que marcaram o processo de implantação e desenvolvimento dos empreendimentos solidários, foi observado que 6,67% dos empreendimentos tiveram como desafio, conscientizar os próprios membros que não bastavam ser donos mas que todos precisavam trabalhar de forma coletiva. Nesse caso, muitos se associavam para obter parte dos lucros durante o período de comercialização; 46,46% dos empreendimentos passaram por desafios relacionados à geração de renda adequada para os membros, sendo que, por esta razão, não houve evasão dos mesmos devido o tempo e capital investido, e 46,67% tiveram dificuldades em viabilizar economicamente os produtos que fabricavam, sendo necessário a reciclagem relacionnadaa gestão de negócios, principalmente no que se refere ao uso racional dos recursos financeiros como o fluxo de caixa para melhor entendimento de como realizar o controle das entradas e saídas tanto to capital quanto dos produtos e matérias primas.



FIGURA 06- Principais desafios encontrados.

4.1.9 Necessidades de Formação

O processo de formação dos empreendimentos solidários deu-se através da organização de oficinas ou dia de campo. Nestes instrumentos foram detectados que 33,33% dos empreendedores necessitavam de instrução na área de comercialização, pois essas informações não levariam a perdas significativas em produtos vendidos que muitas vezes foram comercializados abaixo do preço; 33,33% necessitavam de informações relacionadas ao cooperativismo e

associativismo, pois estas informações contribuíam para que as decisões sejam coletivas e com isso muitos membros não deixariam as associações por falta de comunicação e cooperação; 13,33% dos empreendimentos necessitavam de formações relacionados a própria elaboração dos projetos e condições para a obtenção de linhas de créditos; 6,67% necessitavam de instruções na área de gestão, e assim poderiam ser evitadas algumas falências por causa da má gestão do empreendimento, de forma que pudesse buscar os benefícios pra dentro dos mesmos como PNAE e PAA e, por fim 13,33% necessitavam de outras formações como: Marketing, Tecnologias aplicadas e até mesmo Estudo de Viabilidade Econômica (EVE).



FIGURA 07- Necessidade de formação dos Empreendimentos Solidários.

4.1.10 Acesso aos recursos financeiros

Quanto ao acesso aos recursos financeiros, dos pequenos empreendimentos solidários estudados, somente 10% obtiveram acesso a financiamento com recurso público a FUNDO PERDIDO e 90% dos empreendimentos não tiveram acesso a esse tipo de recurso.

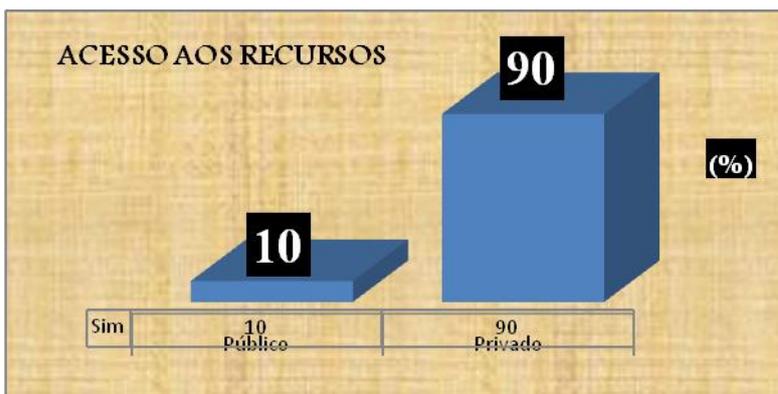


FIGURA 08- Acesso aos recursos financeiros.**4.1.11 Faixa Etária**

Ao analisar o quantitativo de pessoas envolvidas e suas respectivas idades nas associações acompanhadas pelo CESOL- Sertão do São Francisco em Juazeiro na Bahia verificou-se que 40% das matrículas das associações estão referentes a pessoas de idade entre 20 e 25 anos; 30% eram com pessoas de idade entre 25 e 30 anos e 30% de pessoas acima de 30 anos.

TABELA 03- Faixa etária dos empreendedores.

Faixa Etária	Quantidade	Associados (%)
Até 20	22,8	10
De 20 a 25	91,2	40
De 25 a 30	45,6	20
Mais de 30	68,4	30
TOTAL	228	100

4.2 Análise de dados das entrevistas

As visitas técnicas realizadas pelo CESOL às comunidades foram de suma importância para a realização do trabalho, pois, essas localidades encontram-se afastadas dos centros urbanos, sendo que a mais próxima da sede Juazeiro está localizada a 25 km, no distrito de Maniçoba e a mais próxima do município de Casa Nova, o Sítio Melancia, fica a 35 Km da sede. Essas assistências por parte da CESOL se dão através de agendamento com as associações, cooperativas e dos grupos informais das comunidades.

4.2.1 Entrevista nos Empreendimentos Solidários de Casa Nova

Foram visitados cinco Empreendimentos Solidários entre cooperativas e associações das comunidades do município de Casa Nova, região Norte da Bahia, no período de 10 a 21 de Outubro de 2016 e foram constatadas algumas pendências com relação a:

- Falta de assistência técnica e jurídica;

- Maior intervenção e assistência da parte da Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR);
- Dificuldades em obtenção de Crédito Rural (CrediAmigo, agro amigo e outros);
- Dificuldades na absorção de inovações tecnológicas ;no manejo da cadeia produtiva dos produtos e criações.
- Dificuldades no fluxo de comercialização;
- Dificuldades em obtenção de selos Municipal e estadual pra participação de programas governamentais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ligado a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB);
- Dificuldades na obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP);
- Dificuldades de obtenção de matéria prima como, mel, mandioca, melancia e outros para fabricação dos produtos agregando valor pela falta de chuva.

Essas necessidades foram encontradas em 90% dos empreendimentos que apresentaram demanda por uma assistência técnica especializada por parte dos órgãos oficiais de governo. Foi relatado pelos membros das associações e cooperativas que programas são liberados para o melhor desenvolvimento das comunidades rurais como: galinheiros, criação de abelhas, hortas e outras atividades, porém, o problema se arrasta mesmo depois do período de implantação da maioria dos projetos, ou seja, em menos de quatro anos a assistência técnica desaparece prejudicando o andamento dos programas devido a falta de compromisso dos órgãos oficiais do governo.

Ainda ressaltam os pequenos produtores que, uma assistência particular é cara e os custos de manutenção às vezes não compensam continuar, uma vez que as crises econômicas atingem a essas comunidades rurais, aumentando o preço dos insumos utilizados, sejam eles para ração animal ou até mesmo para as pequenas hortas existentes nos municípios.

Os fatores relacionados às necessidades especiais que são de responsabilidades do governo municipal estão relacionados à falta de comunicação aos pequenos empreendimentos para participarem de programas como PNAE e PAA. Observou-se que, das associações visitadas nas comunidades rurais de Casa Nova, região Norte da Bahia, 100% esperam o Selo de Inspeção Municipal (SIM),

para poderem comercializar seus produtos nas redes de supermercados e demais mercearias.

Segundo os membros das associações e cooperativas, devido a atuação da Vigilância Sanitária, alguns empreendimentos param sua produção por tempo integral devido a ausência de algumas melhorias que devem ser realizadas nos locais de beneficiamento de produtos de origem vegetal, a exemplo de doces, compotas e geléias de umbu além de sequilhos, petas e bejus. Também, segundo os membros, há algumas irregularidades nos setores de beneficiamento de origem animal como o mel, doces de leite e beneficiamento de peixes, devido à falta de recursos suficientes para fazer os ajustes necessários nos ambientes de beneficiamento.

Foi destacado também, que a prefeitura poderia disponibilizar metade dos recursos para a aquisição de material na manutenção destes ambientes, mas esta se recusa em participar justificando que a escassez de recursos.

A realidade é simples e visível, a cada colocação realizada pelos empreendedores uma vez que as liberações de créditos rurais são possíveis através dos documentos como: Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP e outros, essa DAP 75% dos casos não conseguem retirar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), devido ao sistema não liberar, pois, alegam que há certa limitação para que ocorra o contrato de parceria da terra. Esse contrato é feito entre pais e filhos que não têm terra, isso significa que as dificuldades na liberação desses documentos serão sempre entraves para a equação da divisão do trabalho.

Por serem localidades pequenas com base na agricultura tradicional familiar, o número de dependentes por uma terra torna-se maior que o esperado, assim nesse caso o STR bloqueia o acesso a DAP. Segundo relatos dos membros, todos são conhecidos pelo sindicato e o mesmo conhece a todas as associações e suas respectivas produções. Afirmam ainda, que esses recursos de empréstimos seriam utilizados para a melhoria das associações e assim atenderiam as normativas que a vigilância sanitária recomenda, além do mais facilitariam na participação de programas governamentais, obtendo condições de ofertar produtos em maior de qualidade.

Em relação a deficiência em assessoria jurídica, pôde-se verificar que as dificuldades não acontecem somente em relação ao auxílio na aquisição das DAP's mas também em conseguir outros documentos para poder participar de editais dos programas do PNAE e PAA.

Necessita-se também buscar subsídios junto aos demais órgãos a exemplo de BNDES, BNB com a finalidade de conseguir recursos para aquisição de material ou equipamento para os empreendimentos.

Segundo a Associação da comunidade de Boa Vista, a participação nos programas governamentais, seja ele qual for, é de suma importância, uma vez que o escoamento da produção e o repasse das verbas acontecem normalmente, embora a burocracia seja enorme, pois algumas chamadas desistem por não haver tempo para preparar a documentação exigida.

No entanto, segundo a associação da comunidade de Baixa Grande, o maior entrave no momento, está relacionado a disputa de uma área familiar de fundo de pasto, pois esta vem sendo disputada judicialmente há mais de dez anos com uma empresa privada. Para os associados, essa disputa desmotiva a continuar na localidade.

Ainda houve relato dos associados que produzem mel que outro fator prejudicial, está relacionado ao clima, pois a estiagem tem deixado as margens do rio mais distante do habitual. Nesse caso muitas caixas de abelhas estão sendo abandonadas, além da produção agrícola ter sido reduzida drasticamente. Com relação a produção de mel, a maior das dificuldades não é produzir, mas beneficiar a produção, pois, com a falta de chuvas, as caixas ficaram longe do local de beneficiamento. Ainda ressaltam que faltam muitas informações de como alimentar as abelhas no período de estiagem, esse tem sido também mais um motivo para o abandono das caixas.

As associações seguem sua caminhada em meio às crises encontradas a cada ano. Para a Associação de Fundo de Pasto dos Pequenos Produtores do Sítio Melancia em Casa Nova, na produção de mel houve um decréscimo drástico chegando a quase zerar. Sem produção comercial nesses dois anos devido à falta de chuva, as abelhas têm buscado condições melhores para reprodução, ou seja, algumas caixas têm sido abandonadas pelas abelhas, com isso houve um

decréscimo na produção de mel. Para que se possa entender melhor, a margem do lago de Sobradinho, antes desse período de estiagem, ficava a 600 metros e hoje se encontra a quase 10 quilômetros distante do local. Com essa escassez de chuvas, a produção foi quase zero. Isso porque o pouco que choveu, foi priorizado a plantação visando alimentação humana e animal.

O que se pode notar nessas condições é que o problema se alarga a cada ano, com chuvas abaixo da média, nesse sentido a tendência é retornar o êxodo para as cidades, uma vez que esses empreendimentos solidários oferecem um mínimo de acomodação e valorização do trabalho coletivo em cada comunidade rural visitada. A falta de orientação e acolhimento a esses empreendimentos tornam vulneráveis a entrarem as comunidades nas estatísticas de empreendimentos falidos por falta de uma “boa gestão”, no entanto, o que mais faz falta, são recursos ligados a liberação de crédito rural e extensão qualificada.

Atualmente alguns empreendimentos fornecem seus produtos nos programas dos governos PNAE e PAA. Embora sejam programas que visam o escoamento dos produtos e venda direta, esses têm o objetivo de ajudar os empreendimentos solidários. Observa-se que alguns encontram dificuldades para arcar com o compromisso em abastecer algumas escolas devido à estiagem e falta de recursos. Com isso, os pequenos empreendimentos se vêm obrigados a comprar matéria-prima de outros produtores não associados para arcar com o compromisso de abastecimento das escolas e CONAB.

Essas iniciativas de compra de matéria-prima geraram desconfortos, e por sua vez fogem dos pré-requisitos lançados pelos editais de chamada da Companhia Nacional de Abastecimento. Um dos empreendimentos estudados encontra-se impossibilitado de participar do programa PNAE devido a denúncias que constavam a aquisição de matéria-prima de terceiros.

Diante das adversidades encontradas nessas pequenas comunidades de Casa Nova na Bahia, podemos observar que as melhorias aconteceram abaixo do esperado devido à crise em que o país se encontra.

Mesmo assim, alguns empreendimentos foram contemplados com apoio de algumas instituições como:

- BNDES- Aquisição de equipamentos: fogão industrial, freezer, tachos entre outros materiais;
- ACAR- Aquisição de cisternas, verbas;
- IRPAA- Aquisição de projetos e extensão;
- CONAB- Aquisição de verbas pra desenvolvimento das atividades;
- CESOL- Informação e assistência gerencial.

As melhorias aconteceram, embora a deficiência em assistência e acompanhamento acarrete na parada de alguns empreendimentos nas pequenas comunidades rurais de Casa Nova. Para os associados seria necessário fornecer oficinas direcionadas a gestão empresarial, fluxo de caixa e atividades desenvolvidas por cada empreendimento como: meliponicultura, derivados do leite e outras atividades.

4.2.2 Entrevista nos Empreendimentos Solidários de Juazeiro.

Em Juazeiro, região Norte da Bahia, os pequenos empreendimentos das associações das comunidades rurais passam por diversas adversidades, embora tenha seu mercado definido, ainda são observadas grandes deficiências em gestão e apoio a esses empreendimentos que visam o desenvolvimento sócio econômico local.

Durante a visita a cinco Empreendimentos Solidários nas comunidades rurais no município de Juazeiro Bahia, foi observada a diversidade na produção com a matéria-prima extraída da região desde frutas nativas até as introduzidas dos pequenos projetos irrigados com a utilização de água de poços artesianos ou até mesmo do Rio São Francisco, derivados do leite além da criação de caprinos e bovinos. Esses empreendimentos por sua vez encontram-se dependentes de políticas públicas para o desenvolvimento das suas atividades que vão desde a produção de doces, geléias, polpas, biscoitos, sequilhos, petas, queijos e outras mais incluindo o artesanato.

Ao visitar essas comunidades rurais, de Juazeiro na região Norte da Bahia foram constatadas algumas carências tais como:

- Falta de assistência jurídica especializada.
- Falta de assistência técnica direcionada às atividades desenvolvidas;
- Falta de linha de Crédito específico pra maiores investimentos;
- Falta de recursos pra capital de giro;
- Deficiência em apoio da prefeitura do município;
- Deficiência na divulgação dos produtos;
- Dificuldade na aquisição de DAP's para pessoas físicas ou jurídicas;
- Deficiências na emissão do Selo de Inspeção Municipal (SIM);
- Dificuldade em participação em programas governamentais (PNAE e PAA);
- Dificuldade em aquisição de matéria-prima devido ao preço;
- Dificuldades na aquisição de utensílios industriais.

A falta de uma assessoria técnica especializada de acordo com as demandas dos Empreendimentos Solidários resulta em grandes perdas, as quais começam desde o processamento, estoque e produção além de alguns problemas relacionados ao próprio armazenamento. Essas assistências nas pequenas comunidades de Juazeiro na Bahia, visam a melhoria da qualidade não só dos empreendimentos mas da localidade como um todo. Nesse sentido podemos observar, diante dos relatos, que muitas das vezes os associados não conseguem manter as despesas, pois os custos de produção interferem na comercialização, uma vez que colocam os preços acima do normal devido a deficiência do conhecimento de fluxo de caixa.

As bases de produção dos empreendimentos têm sido de forma artesanal, desde a fabricação de produtos de origem vegetal, como as petas, sequilhos, doces, compotas, geléias e salgados. Os investimentos para esses empreendimentos desde a compra de matéria-prima, embalagens e utensílios mesmo que não sejam industriais, é realizada em pagamento à vista aumentando ainda mais os custos para o início da produção. A realidade é vista de maneira crítica, pois, por um lado há o aumento no custo de produção onde muitas vezes não são contabilizados pelos empreendedores devido à falta de orientação relacionada ao fluxo de caixa e por, outro lado a venda de produtos abaixo do preço por dois motivos: o primeiro é não saber quanto custa uma unidade de produto produzida e o

outro é a divulgação dos produtos que muitas vezes não acontece e quando acontece é de forma precária.

A prática da Economia Solidária, ainda resiste em algumas comunidades rurais de Juazeiro, por esforço de cada membro que tem dado seu suor e seu precioso tempo para desenvolver as atividades, mesmo com os recursos limitados por falta de crédito rural, assistência técnica especializada e assistência jurídica a esses empreendimentos. Essa assistência jurídica daria instruções sobre a liberação do Selo de Inspeção Municipal (SIM) reduzindo as dificuldades na comercialização dos produtos fabricados nos empreendimentos.

Para o Grupo Maseiras do Sertão que produz petas e sequilhos, localizado na Fazenda Laginha na zona rural de Juazeiro, BA, a deficiência em aspectos jurídicos para a aquisição do SIM, faz com que a comercialização torne-se mais precária, uma vez que, sem o desejado selo, dificulta a entrada dos produtos no comércio da cidade, fazendo com que parte dessa produção seja vendida nos pequenos comércios dos distritos de Juazeiro, dificultando o acesso nos programas como: PNAE e PAA.

As participantes deste mesmo grupo afirmam que a vigilância sanitária tem feito as visitas constantes ao estabelecimento de beneficiamento dos produtos e as irregularidades aos poucos estão sendo sanadas.

Seguindo a linha discursiva nos Empreendimentos Solidários, a Associação de Bom Conselho em Itamotinga distrito de Juazeiro-BA, as adversidades encontradas no segmento de linha de crédito específico para ser utilizado como fonte de capital de giro e aquisição de matéria-prima para a fabricação dos doces de goiaba, leite, manga e maracujá fez com que as atividades parassem por completo, uma vez que os custos de produção aumentaram com as crises. Relatam ainda que não há apoio nem da prefeitura municipal nem pelos órgãos como: BNDES, BAHIA ATER, ACAR entre outros.

Segundo os relatos, sem um apoio jurídico torna-se apenas um desejo a participação dos programas governamentais tipo PNAE e PAA. Sendo que justamente esses entraves fizeram com que mudassem a produção, ou seja, deixando a fabricação artesanal de doces e passaram a produção de salgados tais como: coxinhas, pastéis e tortas. Devido a mudança na trajetória da produção fica ainda a necessidade de uma oficina especializada na produção desses salgados.

Na associação de pequenos produtores nas comunidades rurais de Curral Novo e Jacaré, localizada no distrito de Massaroca na zona rural de Juazeiro, produtora artesanal de doces, compotas, geléias e licores de umbu e maracujá da caatinga, relatam que, mesmo sendo processados os produtos de origem extrativista, os preços se encontram acima do normal a cada ano devido à baixa quantidade das chuvas, fazendo com que haja aumento no custo de produção.

Além do mais, acontece a perda durante a fase de armazenamento da matéria-prima processada, uma vez que a produção é realizada ao longo do ano e acontece a sazonalidade causando falta de matéria-prima tanto do umbu quanto do maracujá para que haja melhores preços. No entanto, no armazenamento das polpas, em alguns casos, há estragos devido a deficiência em orientação técnica.

É uma realidade bem sucinta, no meio dos pequenos Empreendimentos Solidários, a má estruturação em relação e gestão empresarial, assistencial e acima de todas, as demandas jurídicas e, nessa última, ressaltamos a não participação em programas governamentais devido às ausências de documentações exigidas pelos programas.

Outra ação relacionada a Economia Solidária em Juazeiro região Norte da Bahia e nas demais cidades que o CESOL Sertão do São Francisco é o desenvolvimento e criação de um Espaço Solidário onde esse serve pra venda e divulgação dos produtos, sejam eles artesanais como rendas, bonecos, alimentos do tipo, doces, petas ou resultantes da produção agrícola familiar. Nestes locais, além da divulgação, é realizada a venda dessas diversidades e feito o repasse do dinheiro as associações e cooperativas, sendo que, ao realizar essas vendas, no Espaço Solidário há a cobrança 10% para que haja a manutenção das contas e pagamento de funcionários contratados.

5. CONCLUSÃO

Diante dos benefícios encontrados nas pequenas comunidades rurais do interior das cidades de Juazeiro e Casa Nova na Região Norte da Bahia, podemos assinalar algumas necessidades relacionadas a fatores que vão desde a ausência de uma extensão rural especializada com visão na agricultura familiar manejo e cultivo da terra, como também com a capacidade de orientar sobre as legislações existentes para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção.

Na realidade, as pequenas comunidades rurais deveriam ser mais valorizadas pelas políticas públicas, uma vez que, quando a informação chega corretamente na hora exata, faz com que ocorra o decréscimo do êxodo rural pois, esse fenômeno se dá devido às carências de oportunidades fazendo com que muitos jovens se desloquem para os grandes centros urbanos. A valorização desses Empreendimentos Solidários dá uma força, pois atuam como fonte de geração de emprego e renda, mesmo que de forma indireta.

Uma nova metodologia deveria ser implantada pelas autoridades públicas buscando focar no desenvolvimento pleno dos Empreendimentos Solidários, visando maximizar as vendas diretas e indiretas dos produtos ofertados sejam na comunidade local ou em outras regiões.

Apesar das crises econômicas que o país vem enfrentando, as diversas formas dos produtos ofertados pelos Empreendimentos Solidários, sejam eles artesanatos, alimentos ou bebidas, têm uma certa demanda, pois já existe pessoas que dão preferência devido ao conhecimento da qualidade da mercadoria bem como aqueles que valorizam a forma de produção artesanal, valorizando o tradicionalismo e o trabalho ético da proposta.

Por isso, as adversidades financeiras são apenas o início de uma série de danos que futuramente possa provocar a eliminação do trabalho familiar e muitos desses Empreendimentos passem apenas a ser lembrados por terem existido e colaborado com a história e retrocesso de uma nação que vem perdendo no decorrer dos anos, seus princípios e valores.

Na verdade o foco da Economia Solidária não está ligado totalmente às demandas políticas e sim no empenho de cada colaborador “dono” de cada empreendimento. No sertão somos conhecidos como um povo que luta pela sobrevivência e tem que se adaptar diariamente às intempéries seja ela, o sol ou a chuva, a luta diária faz com que o sertanejo seja forte e mantenha as raízes na origem buscando fortalecer, cada vez mais, a agricultura familiar agregando valor aos produtos feitos de forma artesanal e em algumas situações tecnificadas.

É preciso que a produção familiar, que é a base da produção da alimentação do povo brasileiro, seja valorizada e que políticas públicas sejam postas em práticas, apoiando o pequeno produtor de forma que ele e sua família se mantenham no campo, produzindo como sempre fez, e que estes não fiquem desmotivados, o que poderia causar gravíssimos problemas para a sociedade, tanto pela falta de alimentos, quanto pelo inchaço dos centros urbanos, que já sofrem pela carência de saneamento, educação, emprego, segurança, entre outros.

Diante das adversidades encontradas na prática da economia solidária é preciso urgentemente buscar o seu fortalecimento através da oferta de assistência técnica e extensão rural pelos órgãos governamental responsável por essa política pública, além de envolver a vigilância sanitária dos municípios para juntos buscarem a liberação do Selo de Inserção Municipal, com isso priorizar a oferta dos produtos oriundos da economia solidária das pequenas comunidades nos programas PAA e PNAE junto as redes educacionais do Município e Estado. Com tudo buscar a despertar e incentivar as práticas associativista junto ao público envolvido além de oportunizar o acesso às linhas de créditos rural pelos agentes financeiros, principalmente o Agro Amigo, Crede Amigo, Pronaf e outros disponíveis na praça.

Com isso, podemos concluir que a extensão, a comunicação e a valorização do homem sofrido do campo, podem gerar conforto, confiança e desenvolvimento sustentável não degradando as fontes renováveis dos recursos cada vez mais escassos com tendência, ao longo do tempo, tornar-se extintos devido a ausência de informações que deveriam chegar e não chegam aos pequenos locais.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, A. S. O. et al. **Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: Um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar**; Organizações Rurais & Agroindustriais - Revista Eletrônica de Administração da UFLA, Lavras, MG; v. 17, n. 2, p. 163-178, 2015; Disponível em: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/990/483>; Acesso: Set. de 2016.
- AZEVEDO, F. F. et al. **Espacialidade da economia solidária no Brasil**; revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales; Universidad de Barcelona ISSN: 1138-9796 Depósito Legal: B. 21.742-98 Vol. XXI, núm. 1.148 25 de enero de 2016; Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1148.pdf>. Acesso em: Set. de 2016.
- BERTUCCI, A. et al. **ECONOMIA SOLIDÁRIA Outra economia a serviço da vida acontece**. Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, 2010. Disponível em: http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fbes.pdf. Acesso: Nov. de 2016.
- CANDEIAS, C. N. B. et al. **ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO: Ponderações teóricas e achados empíricos**. João Pessoa, PB, abril de 2005. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/livros/pa_l_economia_solidaria_e_autogestao.pdf. Acesso: Out. de 2016.
- CONAB. **PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. ASCOM/ MDS/ NOVEMBRO 2012. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_17_10_21_02_cartilha_p.pdf. Acesso: Nov. de 2016.
- CONCEIÇÃO, C. A. L, et al; **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no Governo Federal**. Núcleo de Solidariedade Técnica; Ed. 01. Brasília, DF, 2010.
- ECOSOL; **Economia Solidária**; Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.ecosolbasebrasil.com.br/index.php/economia-solidaria/videos/>. Acesso em: Set. de 2016.
- FONTES, I. L. et al. **A agricultura familiar no centro das políticas de desenvolvimento: Um reconhecimento internacional**; Revista, Bahia Agrícola; v.9, n.3, dez. 2014, ISSN 1414-2368; Salvador, BA.
- IPEA. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**; Relatório de pesquisa. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf. Acesso: Nov. de 2016.

ITECSOL. O que são Empreendimentos de Economia Solidária? Juí, SP. 2014.
Disponível em:

<http://www.projetos.unijui.edu.br/cidadania/itecsol/index.php/menu-itecsol/o-que-sao-empreendimentos-de-economia-solidaria>. Acesso: Nov. de 2016.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil.** II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares, 2002. Disponível em:

<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso: Nov. de 2016.

LECHAT, N. M. P; **Economia Solidária volume 01.** Universidade Federal Fluminense, RJ, 2002; Disponível em:

<http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv1.pdf>. Acesso em: Set. de 2016.

MARTINS, M. et al; **Processo de Formação em Economia Solidária e Políticas Públicas para o Fortalecimento da Agricultura Familiar;** IX congresso brasileiro de agro ecologia, Belém, PA, 2015; Vol, 10, Nº 3; Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/18689/11024>. Acesso: Set. de 2016.

MDA. **O que é a agricultura familiar.** Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Casa Civil; 2015. Disponível em:<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/o-que-%C3%A9-agricultura-familiar>. Acesso em: Nov. de 2016.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO: **Economia Solidária;** ago. 2015; Disponível em: <http://trabalho.gov.br/trabalhador-economia-solidaria>. Acesso: Nov. de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Economia Solidária;** Caderno Pedagógico Educandas e Educandos. Projovem campo- saberes da terra; Educando(a)_4_economia_solidaria_final_16_03_10.indd 3. Brasília, DF, 2010. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6013-caderno4-educando-economia-solidaria&Itemid=30192. Acesso: Nov. de 2016.

PAA-SAEF. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.** Disponível em: <http://www.seaf.mt.gov.br/paa>. Acesso em: Nov. de 2016.

III Plenária Nacional da Economia Solidária. **Carta de princípios da Economia Solidária.** Escola de formação fé, política e trabalho, Caxias do sul, 2003. Disponível em:

www.diocesedecaxias.org.br/site/documentos/carta_principios_economia_solidaria.doc. Acesso: Nov. de 2016.

PORTAL FNDE. **Sobre o Pnae.** Fnde, 2015, disponível em:

<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acesso: Nov. de 2016.

PORTAL FNDE. **Histórico.** Fnde, 2015, disponível em:

<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso: Novembro de 2016.

PORTAL BRASIL. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos por brasileiro. **Economia e Emprego**; 07. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>. Acesso em: Nov. de 2016.

RANGEL, R. R.; MANOLESCU, F. M. K. **Economiasolidária pela perspectiva histórico-teórica.** revista da Faculdade Eça de Queirós, Ano 2, n. 8, 2012. Disponível em: <http://www.faceq.edu.br/regs/downloads/numero08/economiaSolidaria.pdf>. Acesso em: Nov. de 2016.

SETRE. **Centro Público de economia Solidária- Cesol**; 2010. Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=24>. Acesso: Nov. de 2010.

SETRE. **Sobre a Setre.** Disponível em: <http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=8>. Acesso: Nov. de 2106.

SILVA, S. L. P. **Histórico da Economia Solidária no Brasil**; I CONPES, 2015. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt5/sessao-3/silva_sidlia.pdf. Acesso: Nov. de 2016.

SINGER, P. **Economia solidária.** Estud. av. vol.22 n.62 São Paulo Jan./Apr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142008000100020. Acesso: Nov. de 2016.

TAUILE, J. R; RODRIGUES, H. **Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda**; mercado de trabalho, Agosto de 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4895/7/mt_24_7economiasolid%C3%A1ria_autogest%C3%A3o.pdf. Acesso em: Out. de 2016.

TEIXERA, L. R. **Perfil organizacional de Empreendimentos Econômicos Solidários em Salvador.** XXXI Encontro da ANPAD; Rio de Janeiro, RJ; 2007. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2838.pdf>. Acesso em: Nov. de 2016.

TYGEL, D. **O que é economia solidária.** Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Março de 2011. Disponível em: <https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>. Acesso em: Jun. de 2017.

VASCONCELOS, A. D. P. et al. **Potencialidades e limitações na execução dos centros públicos de economia solidária (Cesol) no estado da Bahia.** VII Congresso CONSAD de gestão pública; Brasília, DF, 2015 Disponível em: http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/2015/VIII_Consad/132.pdf. Acesso: Out. de 2016.